



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Executivo Público**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 002

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

**PROVA**

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 90 questões, numeradas de 1 a 90.  
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, entregue ao Fiscal da sala o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## CONHECIMENTOS GERAIS

## Português

**Atenção:** As questões de números 1 a 11 referem-se ao texto apresentado abaixo.

1 *A virada da Era Bush para os Anos Obama marca também a troca de guarda de duas palavras no vocabulário-emocional do norte-americano médio. Sai o “mais” (more), entra o “suficiente” (enough). Ter o*

5 *suficiente, como ensinam o ativista progressista Michael Moore em seu mais novo documentário e o autor e teórico financeiro John Bogle em seu livro mais recente, é anátema do capitalismo selvagem que se instalou nos EUA nas últimas décadas. Quando há o suficiente, não*

10 *é preciso mais.*

*Se a sanha gastadora do gringo fez desse o maior país do mundo, movimentando 70% da economia local e, com isso, as engrenagens do resto do planeta, foi essa mesma sanha que levou os Estados Unidos ao*

15 *chão e, com ele, o planeta. Um exemplo dessa mentalidade é o que disse o então prefeito de Nova York, Rudolph Giuliani, logo após o ataque às Torres Gêmeas. Indagado sobre o conselho que daria aos seus concidadãos, respondeu: “Gastem”.*

20 *Gastem. Foi o que os novaiorquinos e o resto do país fizeram. De 2001 até 2008, a dívida média no cartão de crédito de um lar norte-americano triplicou. “Nada nunca é suficiente no atual sistema”, disse Michael Moore no Festival de Cinema de Toronto, em*

25 *2009.*

*OK, o diretor estava promovendo seu filme, “Capitalismo, uma história de amor” – ele explicou o título dizendo que a história de amor é dos capitalistas com o nosso dinheiro –, e Moore é aquele que fez*

30 *filmes-denúncia sobre o excesso de armas, os motivos que levaram à Guerra do Iraque etc.*

*Mas, e John Bogle? Ele, que criou um dos maiores fundos de investimentos do mundo, em seu livro “Enough”, defende que o “homo americanus” gasta*

35 *muito e cria pouco. Estima que um terço do dinheiro que circulou nos EUA em 2007 não tinha base em nada, eram papéis de banco criados por financistas inteligentes. É nesse lago de perdularismo imaginário que os americanos nadaram até se afogar.*

(Adaptado de Sérgio Dávila. “Frugalistas” Graças a Deus. Serafina, revista da **Folha de S. Paulo**, setembro, 2009, p. 20)

*Se a sanha gastadora do gringo fez desse o maior país do mundo, movimentando 70% da economia local e, com isso, as engrenagens do resto do planeta, foi essa mesma sanha que levou os Estados Unidos ao chão e, com ele, o planeta. (2º parágrafo)*

1. A frase acima destacada, considerada em seu contexto, equivale à seguinte formulação:

- (A) Levantando-se a hipótese de que a sanha gastadora do gringo viesse a fazer desse o maior país do mundo...
- (B) Ao passo que a sanha gastadora do gringo fez desse o maior país do mundo...
- (C) Dado como certo que a sanha gastadora do gringo possa chegar a fazer desse o maior país do mundo...
- (D) Considerado que a sanha gastadora do gringo fez desse o maior país do mundo...
- (E) Caso se leve em conta que a sanha gastadora do gringo faça desse o maior país do mundo...

2. No texto, o autor

- (A) aponta recente mudança de comportamento entre os norte-americanos e expressa seu entendimento acerca dos fundamentos dessa transformação.
- (B) delinea os movimentos do capitalismo que, gerando grande crise financeira, provocaram tanto a guerra do Iraque, quanto o incentivo à produção de armamentos.
- (C) atribui a mudança do padrão de consumo dos norte-americanos a decisões econômicas radicais de um governo de coalizão Bush/Obama.
- (D) cita dados, comprovando sua fidedignidade, para fazer uma análise imparcial do que considera uma grande *virada* na história econômica dos Estados Unidos.
- (E) critica políticos que dão conselho sem avaliar com consistência as próprias sugestões, julgamento que considera os danos que elas podem causar no contexto de outras nações.

3. No primeiro parágrafo,

- (A) Michael Moore e John Bogle foram citados como comprovação de que críticas ao *capitalismo selvagem* é fenômeno recente nos Estados Unidos.
- (B) o que dizem o *ativista progressista* e o *teórico financeiro* sobre o *capitalismo* não mereceu nenhuma restrição, portanto tem valor universal.
- (C) a *virada da Era Bush para os Anos Obama* é tida como consequência da *troca de guarda de duas palavras*.
- (D) o emprego de *Era* e *Anos* para designar, respectivamente, a época de *Bush* e a de *Obama* deixa entrever juízos que subestimam a competência deste último presidente.
- (E) a argumentação funda-se num paralelismo: a *Era Bush* está para o “*mais*”, assim como os *Anos Obama* estão para o “*suficiente*”.



4. Sempre levado em conta o contexto, é legítimo afirmar que o raciocínio desenvolvido a partir da correlação entre *OK, o diretor ... e Mas, e John Bogle*, no penúltimo e último parágrafos,
- (A) torna patente que, ao defender suas crenças, tanto Moore quanto Bogle perdem-se em fabulações, o que acabou por comprometer a compreensão do norte-americano médio acerca da vida econômica, fazendo-o imergir em perigoso pântano imaginário.
- (B) explora o paralelismo entre a perspectiva eminentemente artística e a exclusivamente científica para demonstrar como visões em nada convergentes podem esclarecer as contradições do capitalismo financeiro mundial.
- (C) traz implícita a ideia de que as críticas feitas ao capitalismo por Moore, *ativista progressista*, podem até ser consideradas tendenciosas, mas, no que se refere a John Bogle, *teórico financeiro*, nada haveria para desmerecer-lhe o crédito.
- (D) revela a convicção de Sérgio Dávila de que tanto o diretor de cinema quanto o autor de obras de prestígio têm de ter suas crenças igualmente respeitadas, dado o conhecido histórico de aversão ao capitalismo que ambos compartilham.
- (E) deixa entrever que os propósitos das declarações de Moore e de Bogle estão mascarados e que, consideradas as intenções subentendidas, ambos merecem restrição, pelo fato de rejeitarem de modo igualmente enérgico a cultura norte-americana.
- 
5. Considerado o parágrafo 2, afirma-se com correção:
- (A) substituindo o segmento *o então prefeito de Nova York* (linhas 16 e 17) por “o prefeito que assumiu Nova York”, o sentido original se mantém.
- (B) *Indagado* (linha 18) expressa ideia de tempo, podendo equivaler a “Ao ser indagado”.
- (C) a expressão *do mundo* (linha 12) pode ser substituída por “mundial”, sem prejuízo do sentido original.
- (D) *movimentando* (linha 12) tem o sentido de “quando movimentou até”.
- (E) a expressão *o resto do planeta* (linha 13) está empregada em sentido pejorativo.
- 
6. Considerada a pontuação, é correto afirmar:
- (A) O emprego das aspas em “*Nada nunca é suficiente no atual sistema*” (linha 23) e em “*Capitalismo, uma história de amor*” (linha 27) atende à mesma função.
- (B) Os travessões às linhas 27 e 29 poderiam ser substituídos por parênteses, sem que houvesse prejuízo da função original.
- (C) A retirada da primeira vírgula em *e, com isso, as engrenagens do resto do planeta* (linha 13) manteria a frase em concordância com o padrão culto escrito.
- (D) Em *Um exemplo dessa mentalidade é o que disse o então prefeito de Nova York* (linhas 15 a 17), o emprego de dois-pontos apostos ao *é* preservaria o padrão culto escrito da frase.
- (E) A presença concomitante de “*Gastem*” (linha 19) e *Gastem* (linha 20) mostra que o emprego das aspas, nesse caso, não teve função específica, sendo, portanto, optativo.
- 
7. É plausível que se entenda como expressão de condicionalidade o que está destacado em:
- (A) *ele explicou o título dizendo que a história de amor é dos capitalistas com o nosso dinheiro* [...] (linhas 27 a 29)
- (B) [...] *defende que o “homo americanus” gasta muito e cria pouco*. (linhas 34 e 35)
- (C) *Quando há o suficiente, não é preciso mais*. (linhas 9 e 10)
- (D) *Indagado sobre o conselho que daria aos seus concidadãos* [...] (linhas 18 e 19)
- (E) [...] *respondeu: “Gastem”*. (linha 19)
- 
8. Está corretamente traduzida a seguinte expressão do texto:
- (A) *as engrenagens do resto do planeta* / os mecanismos que movimentam os países periféricos do mundo.
- (B) *lago de perdularismo imaginário* / ambiente em que a dissipação é mais imaginada que efetiva.
- (C) *troca de guarda de duas palavras* / mudança quanto ao sentido de dois vocábulos.
- (D) *anátema do capitalismo selvagem* / maldição que se abate sobre o capitalismo selvagem.
- (E) *sanha gastadora do gringo* / desejo de vingança do estrangeiro esbanjador.
- 
9. Uma leitura atenta do texto permite a seguinte constatação: Sérgio Dávila, ao
- (A) valer-se da expressão latina “*homo americanus*” (linha 34), pretende chamar a atenção para a erudição de Bogle, sugerindo ser ele também eminente antropólogo.
- (B) comentar que parte do dinheiro americano *não tinha base em nada* (linha 36), denuncia entre outras irregularidades a fraude das falsificações de papéis pelos inteligentes financistas.
- (C) empregar a palavra *concidadãos* (linha 19), refere-se exclusivamente aos indivíduos naturais do mesmo país de Rudolph Giuliani, isto é, dos Estados Unidos.
- (D) citar a explicação de Moore acerca do título do filme que promovia (linhas 27 a 29), deixa entrever que esse título poderia gerar interpretações não desejadas pelo diretor.
- (E) referir-se a Moore como *aquele que fez filmes-denúncia* (linhas 29 e 30), busca tornar transparente a contradição entre a perspectiva adotada no filme que o diretor promovia e a adotada nos filmes que produzira anteriormente.
- 
10. Transpondo a frase *o diretor estava promovendo seu filme* para a voz passiva, obtém-se corretamente o seguinte segmento:
- (A) estava sendo promovido.
- (B) havia sido promovido.
- (C) tinha recebido promoção.
- (D) estaria sendo promovido.
- (E) fizera a promoção.



11. Independentemente do estrito significado do verbo, a forma que encerra ideia de duração do processo verbal está presente na seguinte estrutura:

- (A) *que levaram à Guerra do Iraque* (linha 31).
- (B) *não tinha base em nada* (linha 36).
- (C) *até se afogar* (linha 39).
- (D) *se instalou nos EUA* (linhas 8 e 9).
- (E) *os novaiorquinos e o resto do país fizeram* (linhas 20 e 21).

**Atenção:** As questões de números 12 a 16 referem-se ao texto abaixo.

1 *Gostaria de propor algumas hipóteses sobre as formas de complô, sobre as intrigas e os grupos que se constituem para planejar ações paralelas e sociedades alternativas.*

5 *Em princípio, o complô supõe uma conjuração e é ilegal porque secreto; sua ameaça implícita não deve ser atribuída à simples periculosidade de seus métodos, mas ao caráter clandestino de sua organização. Como política, postula a seita, a infiltração, a invisibilidade.*

10 *Muitas vezes, o próprio relato de um complô faz parte do complô, e assim temos uma relação concreta entre narração e ameaça. De fato, podemos ver o complô como uma ficção potencial, uma intriga que se trama e circula, e cuja realidade é sempre duvidosa. O excesso de informação produz um efeito paradoxal, o que não se sabe passa a ser a chave da notícia. O que não se sabe, em um mundo onde tudo se sabe, obriga a buscar a chave escondida que permita decifrar a realidade.*

(Ricardo Piglia. Teoria do complô. In: **Serrote**, revista de ensaios, ideias e literatura. São Paulo: Instituto Moreira Salles, n. 2, jul 2009, p. 97)

12. *De fato, podemos ver o complô como uma ficção potencial, uma intriga que se trama e circula, e cuja realidade é sempre duvidosa.*

Dentre as possíveis formulações para o segmento destacado na frase acima, a única que deve ser **rejeitada**, por sua inadequação ao padrão culto escrito, é:

- (A) *que, do ponto de vista de sua realidade, sempre é passível de dúvidas.*
- (B) *de cuja realidade sempre é possível duvidar.*
- (C) *da qual sempre se duvida da realidade.*
- (D) *à qual sempre se podem atribuir dúvidas no que se refere a sua realidade.*
- (E) *de que sempre se pode duvidar no que concerne a sua realidade.*

13. É fiel às ideias apresentadas no segundo parágrafo a seguinte formulação:

- (A) O fato de advogar ações políticas fundadas na seita, na infiltração e na invisibilidade dá ao complô uma feição secreta e inclusive perigosa, o que, em princípio, lhe imputaria o caráter de ameaça, ainda que unicamente implícita.
- (B) A proposição fundamental de que o complô é ilegal faz que seja concebido como perigoso quando, na atividade política, se vale de seita e invisibilidade.
- (C) Presume-se que o complô, na fase inicial, adquire feições de conspiração, de onde decorre seu caráter ilegal; sem chamar a atenção, infiltra-se e divulga seu credo.
- (D) De maneira geral, o complô implica associação clandestina, o que lhe atribui tácita intimidação; seu modo de agir pressupõe a facção e o ocultamento.
- (E) A ilegalidade do complô se deve – contrariamente à periculosidade de seu modo de ação, que é, de fato, simples – à sua natureza secreta; na política, defende a seita e a invisibilidade, também quando se insinua em meios adversos.

14. Considerado o último parágrafo, em seu contexto, é correto afirmar:

- (A) Em *um efeito paradoxal* (linha 15), *paradoxal* remete a inaceitável falta de nexos ou de lógica.
- (B) O segmento *em um mundo onde tudo se sabe* (linha 17) expressa ponto de referência que, no processo de argumentação, mostra-se como de produtiva explicitação.
- (C) Em *o próprio relato* (linha 10), o emprego de *próprio* circunscreve o relato aos feitos pelos integrantes do complô.
- (D) O uso de *De fato* (linha 12) sinaliza que somente neste específico momento o autor revela sua opinião pessoal sobre o *complô*, constituindo as afirmações anteriores apenas um preâmbulo construído com ideias atribuídas ao senso comum.
- (E) Em *uma relação concreta* (linha 11), o emprego de *concreta* evidencia que as demais relações estabelecidas no texto para a conceituação de *complô* não têm apoio empírico.



15. A alteração que mantém o sentido e a correção originais é a de
- (A) *Muitas vezes* (linha 10) **por** “Intermitentemente”.
- (B) *o que não se sabe* (linhas 15 e 16) **por** “o efeito que não se conhece”.
- (C) *e* (linha 5) **por** “mas”.
- (D) *à simples periculosidade de seus métodos* (linha 7) **por** “à simples perigos advindos de seus métodos”.
- (E) *mas* (linha 7) **por** “e sim”.
- 
16. Considerado o parágrafo 1, é legítima a seguinte assertiva:
- (A) A substituição de *que se constituem* por *constituídos* alteraria substancialmente o sentido original.
- (B) Dado o caráter explicativo, e não restritivo, de *que se constituem para planejar ações paralelas e sociedades alternativas*, o emprego de uma vírgula antes do **que** seria correto e em nada alteraria o sentido da construção.
- (C) O uso de *Gostaria* exemplifica o emprego desses específicos tempo e modo verbais como forma polida de expressão.
- (D) A preposição *sobre*, ao estabelecer relação entre os termos que subordina, introduz a mesma noção observável no emprego de *para*: a noção de “assunto”.
- (E) O segundo segmento introduzido por *sobre* constitui explicação do primeiro, sem acréscimo de informação, exemplificando ocorrência de indesejável construção pleonástica.
- 
17. A frase estruturada de maneira clara e em total conformidade com o padrão culto escrito é:
- (A) Análises levadas a efeito por especialistas atestam que se têm um avanço tecnológico e científico considerável nos setores bem focados, que propuseram e se submeteram à pesquisa.
- (B) As contradições do mundo que os cercam fizeram de muitos deles potenciais agressores, contrariando o entendimento que pessoas bem nutridas e escolarizadas tem futuro promissor.
- (C) Entre tantos, certamente haverá projetos de reforma menos pretensiosos e mais bem delineados, que, daqui a pouco, deverão ser os beneficiários das verbas destinadas àqueles que serão escolhidos.
- (D) A despeito do que lá se ouviu contrário ao grupo, seus componentes, na totalidade, aliás, incentivaram com que os jovens presentes valorizassem sua persistência e capacidade de luta.
- (E) Tinha vontade e se esforçava, a cada dia mais, para se tornar um profissional de reconhecida competência, superando a invisibilidade em que são mantidos a grande parte dos jovens talentos.
- 
18. A frase em que a grafia respeita totalmente o padrão culto escrito é:
- (A) Muitas eram as reminiscências, algumas esdrúxulas, outras comuns, repetindo-se iguaizinhas de tempo em tempo, em circuito que não exorbitava os limites da fazenda.
- (B) O espaço era exiguo, à exceção da cozinha, mas nada impedia que os vizinhos tentassem grangear a simpatia do padre inflingindo-lhe pratos que excitavam sua gula.
- (C) Sabiam que pouco tempo teriam para descansar, mas ninguém quis alterar o trajeto, minuciosamente pensado e repensado durante meses.
- (D) Era tão grande a sua presunção, que entendia como ato lisonjeiro até um breve aceno do mais distraído dos transeuntes de seu vilarejo.
- (E) Tal era sua ogeriza pela política que se excedia em palavras e tons assim que algum desavisado puxava o assunto tabu, sem intenção alguma de ferir-lo.
- 
19. A frase que atende integralmente ao padrão culto escrito é:
- (A) Sei que a discordância ocorreu diretamente entre mim e você, mas, agora, você terá de resolver com nós três, responsáveis pelo setor, quaisquer pendências que ainda restem.
- (B) O funcionário o encaminhará até nós para que tentássemos lhe dissuadir da ideia de viajar às pressas, sem tempo de renovar os documentos que lhes fossem exigidos.
- (C) Era realmente inconcebível, e isso era consenso, as ameaças dirigidas ao empresário mais comprometido com o projeto, o que tirou o ânimo de todos em continuar.
- (D) Ambos sentiam embaraçados diante da frágil criatura, mas o desejo de compreender por que ela se encontrava tão debilitada promoveu-lhes a superação do constrangimento.
- (E) Lembro que ele chegou a perguntar sobre vosso pai, e Vossa Senhoria, bastante emocionado, o tratastes com deferência.
- 
20. A frase em que a flexão verbal e a nominal estão em total concordância com o padrão culto escrito é:
- (A) Sei que ele remoe a ideia de que sua cōnjuge possa ter dificuldades durante sua ausência, por isso ele proviu a família do necessário antes de viajar.
- (B) Se ele não se comprouesse, seria diferente, mas, como soe acontecer, ele imediatamente se prontificou a organizar a exéquia do soldado morto em ação.
- (C) Isto constitue verdade inconteste: ele sempre obstrói as negociações, mesmo quando se desenvolvem apoiadas em legítimos abaixo-assinados.
- (D) Peça-lhe que remedie a falta de conforto que gerou ao distribuir indiscriminadamente os salvo-condutos disponíveis, e, se ele não se dispor a fazê-lo, avise-nos.
- (E) Se ele antevir os problemas que possam decorrer de sua ousadia, ou se reouver o juízo, certamente não será uma vítima do próprio atrevimento.

**Raciocínio Lógico**

21. Num prédio de apartamentos, moram 16 famílias, todas com pelo menos um filho. Nenhuma das famílias tem mais do que 7 filhos. Nessas condições, é correto afirmar que, necessariamente,
- (A) existem neste prédio famílias com diferentes números de filhos.
- (B) pelo menos três famílias deste prédio têm o mesmo número de filhos.
- (C) existe neste prédio pelo menos uma família com um único filho.
- (D) existem neste prédio pelo menos duas famílias com exatamente 2 filhos.
- (E) o número médio de filhos por família neste prédio é igual a 4.

22. Numa família de seis filhos, um dos irmãos tem 10 anos, outro tem 9, outro tem 8, outro tem 7, outro tem 6 e o mais novo tem 5 anos de idade. Sabe-se que Bruno é 2 anos mais velho do que Marcos, Flávio é 3 anos mais novo do que Ricardo, André não é o irmão mais velho e Lucas não é o irmão mais novo da família. A respeito desta família, considere as afirmações seguintes.

- I. André é mais novo do que Lucas.
- II. Se Bruno é mais velho do que Ricardo, então André é o irmão mais novo da família.
- III. Se André é mais velho do que Bruno, então Marcos tem 5 anos de idade.

Está necessariamente correto o que se afirma em

- (A) II e III, somente.
- (B) I e III, somente.
- (C) I, II e III.
- (D) I, somente.
- (E) I e II, somente.

23. Todos os funcionários do setor de pintura de uma concessionária de automóveis deverão fazer, no prazo máximo de 3 anos, dois cursos oferecidos pela empresa. A tabela mostra a porcentagem de funcionários desse setor que já fizeram cada um dos dois cursos.

Curso	Proporção de funcionários que já cursaram
Gestão da qualidade	70%
Pintura com verniz de secagem ultrarrápida	50%

Com essas informações, pode-se concluir que os funcionários do setor de pintura que ainda não fizeram qualquer um dos dois cursos representam, do total dos funcionários do setor, no máximo,

- (A) 30%.
- (B) 25%.
- (C) 20%.
- (D) 15%.
- (E) 10%.

24. Num campeonato de futebol, a equipe campeã é aquela que acumular o maior número de pontos. Em caso de empate, decide-se pelo saldo de gols (diferença entre os números de gols marcados e sofridos, nesta ordem). Em cada partida, uma equipe ganha 3, 1 ou 0 pontos, em caso de vitória, empate ou derrota, respectivamente.

Antes da realização da última rodada deste campeonato, apenas as equipes F, G e H ainda tinham chances de serem campeãs, sendo suas situações neste momento descritas na tabela abaixo.

Equipe	Pontos acumulados	Saldo de gols
F	79	+20
G	78	+8
H	76	+17

Se na última rodada serão realizados os jogos **F × H** e **G × J**, então, para que a equipe H seja a campeã, ela deverá vencer a equipe F

- (A) por, no mínimo, dois gols de diferença e a equipe G deverá necessariamente perder seu jogo contra a equipe J.
- (B) por, no mínimo, três gols de diferença e a equipe G deverá necessariamente perder seu jogo contra a equipe J.
- (C) por qualquer placar e a equipe G deverá perder ou empatar seu jogo contra a equipe J.
- (D) por, no mínimo, dois gols de diferença e a equipe G deverá perder ou empatar seu jogo contra a equipe J.
- (E) por, no mínimo, três gols de diferença e a equipe G deverá perder ou empatar seu jogo contra a equipe J.



25. Num quadrado mágico  $4 \times 4$ , os dezesseis números inteiros de 1 a 16 devem ser distribuídos entre as dezesseis células do quadrado (um número em cada célula) de modo que a soma dos quatro números de qualquer linha, qualquer coluna ou qualquer das duas diagonais seja sempre a mesma. Considere o quadrado mágico abaixo, parcialmente preenchido, em que as letras representam os números que estão faltando.

16	Q	R	13
S	T	11	8
U	V	7	X
4	Y	Z	1

Nessas condições, a diferença (Q – Z) vale

- (A) 13.
- (B) 11.
- (C) 1.
- (D) –11.
- (E) –13.

#### Direito Constitucional

26. Em matéria de cláusulas pétreas, conclui-se que, dentre outras situações NÃO será objeto de deliberação a proposta de emenda constitucional tendente a
- (A) modificar os procedimentos de natureza judiciária cível ou criminal.
  - (B) estabelecer novo titular de um poder derivado só da vontade do constituinte originário.
  - (C) excluir matérias e direitos fundamentais.
  - (D) mudar o titular do poder que cria o próprio poder reformador.
  - (E) abolir direitos e garantias individuais.
27. No que diz respeito ao poder constituinte, observa-se que no Brasil predomina a doutrina
- (A) lógica, uma vez que as normas que impliquem a eliminação do Estado, ou a abdicação de sua soberania são limitadoras do poder constituinte originário.
  - (B) eclética, tendo em vista que os reflexos internacionais, de direito natural e de ordem lógica são limitadores do poder constituinte originário.
  - (C) positivista, segundo a qual não há limites à atuação do poder constituinte originário, pelo menos teoricamente.
  - (D) internacional, pela qual a limitação do poder constituinte originário ocorre apenas no âmbito interno, porque no plano externo não pode violar regras de convivência com outros Estados soberanos.
  - (E) naturalista, no sentido de que prevalecem os limites à atuação do poder constituinte originário impostos pelo direito natural ou direito suprapositivo de valores éticos superiores.

28. No que tange à democracia que o Estado de Direito realiza, dentre outras situações, analise:

- I. Deve ser um processo de convivência social numa sociedade livre, justa e solidária.
- II. É de natureza participativa porque envolve a participação exclusiva de agentes políticos no processo decisório e na formação dos atos de governo.
- III. Há de ser um processo de liberação da pessoa humana das formas de opressão que não dependem do reconhecimento formal de certos direitos individuais, políticos e sociais e de condições econômicas suscetíveis de favorecer o seu pleno exercício.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) I.
- (E) III.

29. No que se refere ao controle de constitucionalidade, é certo que

- (A) não podem ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, dentre outros, os pareceres normativos do Poder Executivo, aprovados pelo Presidente da República.
- (B) o direito municipal não pode ser impugnado em sede de ação direta de inconstitucionalidade.
- (C) as súmulas aprovadas pelos tribunais do Poder Judiciário podem ser objetos de ação direta de inconstitucionalidade.
- (D) podem ser impugnadas em ação direta de inconstitucionalidade as leis e atos normativos que desrespeitem a Constituição Federal, ainda que indiretamente.
- (E) a ação direta de inconstitucionalidade é cabível também para a impugnação de leis ou de atos normativos já revogados no momento da apreciação da ação.

30. Os princípios da independência e do desenvolvimento nacional, da justiça social e o de não discriminação, dizem respeito aos princípios relativos à

- (A) forma de governo e organização dos poderes.
- (B) existência, forma e estrutura do tipo de Estado.
- (C) organização da sociedade.
- (D) comunidade internacional.
- (E) prestação positiva do Estado.



31. É certo que os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados
- (A) pela Mesa da Câmara dos Deputados diante de sua competência exclusiva e regimental.
  - (B) pelos representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, na forma do regimento comum.
  - (C) pela Mesa do Senado Federal, cuja competência é exclusiva, conforme seu regimento interno.
  - (D) pela Comissão Mista provisória de Senadores e Deputados federais e estaduais, na forma regimental.
  - (E) pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.
32. Promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e ação fiscalizadora federal e estadual, é competência constitucional
- (A) do Distrito Federal.
  - (B) da comunidade internacional.
  - (C) da União.
  - (D) dos Municípios.
  - (E) dos Estados membros.
- Direito Administrativo**
33. É certo que, as Sociedades de Economia Mista
- (A) somente podem ser instituídas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal, vedada a sua criação pelos Municípios.
  - (B) têm como objeto a prestação de uma atividade econômica empresarial, vedada a realização de atividade de pública.
  - (C) embora pertencendo à Administração direta, ostentam estrutura e funcionamento de empresa particular.
  - (D) não têm, por natureza, qualquer privilégio estatal, só auferindo as prerrogativas administrativas, tributárias e processuais concedidas especificamente na lei criadora ou em dispositivos especiais.
  - (E) possuem capital exclusivamente privado e direção exclusiva do ente estatal ao qual estão subordinadas.
34. Além de outras, NÃO constitui característica das autarquias, a
- (A) isenção de controle ou tutela.
  - (B) especialização dos fins ou atividades.
  - (C) criação por lei.
  - (D) personalidade jurídica pública.
  - (E) capacidade de autodeterminação.
35. Dentre os princípios e pressupostos que informam as licitações, é certo que em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos
- (A) no País; produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional; e produzidos ou prestados por empresas brasileiras.
  - (B) ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional; produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; produzidos ou prestados por empresas brasileiras; e produzidos no País.
  - (C) ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional; produzidos no País; produzidos ou prestados por empresas brasileiras; e produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
  - (D) no País; produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional; produzidos ou prestados por empresas brasileiras; e produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
  - (E) ou prestados por empresas brasileiras; produzidos no País; produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; e produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional.
36. Nos termos da Lei nº 8.666/93, que trata das licitações e contratos administrativos, é correto afirmar que
- (A) é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial, para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.
  - (B) nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.
  - (C) qualquer modificação no edital exige nova divulgação, por forma igual ou diversa da que se deu o texto original, reabrindo-se novo prazo, ainda que a alteração não afete a formulação das propostas.
  - (D) o prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será de 15 (quinze) dias para tomada de preços, quando a licitação for do tipo "melhor técnica" e de 20 (vinte) dias para "técnica e preço".
  - (E) convite é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.





37. Quanto à revogação ou invalidação dos atos administrativos, considere:

- I. O ato nulo gera direitos ou obrigações às partes, criando situações ou gerando direitos e obrigações enquanto não anulado, motivo pelo qual pode ser convalidado.
- II. A Administração pode desfazer seus próprios atos por considerações de mérito e de ilegalidade, ao passo que o Judiciário só os pode invalidar quando ilegais.
- III. Um ato inoportuno ou inconveniente só pode ser revogado pela própria Administração, mas um ato ilegal pode ser anulado, tanto pela Administração como pelo Judiciário.
- IV. Se a Administração praticou ato ilegal, não pode ela anular ou revogar o ato por seus próprios meios diante do litígio instaurado com o seu destinatário, devendo socorrer-se do Judiciário.
- V. A anulação de um ato administrativo baseia-se em razões de conveniência ou de oportunidade, enquanto na revogação, em razões de legitimidade ou legalidade.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I, III e IV.
- (B) III, IV e V.
- (C) II e III.
- (D) I e V.
- (E) II, IV e V.

38. Quanto ao ato administrativo é INCORRETO afirmar que

- (A) o motivo ou causa é a situação de direito ou de fato que determina ou autoriza a realização do ato administrativo.
- (B) os dirigentes das fundações e autarquias não praticam atos administrativos típicos ou equiparados, não sendo portanto passíveis de controle judicial próprio das autoridades públicas.
- (C) o fato administrativo resulta sempre do ato administrativo que o determina, resultando do cumprimento de alguma decisão administrativa.
- (D) a competência administrativa, por ser de ordem pública é improrrogável e intransferível.
- (E) a inobservância da forma vicia substancialmente o ato, tornando-o passível de invalidação, desde que necessária à sua perfeição e eficácia.

39. Quanto à extinção do contrato administrativo é certo que

- (A) o contrato administrativo, ainda que nulo, gera direitos e obrigações entre as partes, sendo a anulação ato declaratório que opera efeitos *ex nunc*.
- (B) a prorrogação do contrato depende de nova licitação, não podendo seu prazo ser igual ou superior ao do contrato original, salvo se inferior.
- (C) a anulação unilateral do contrato ilegal, independe de procedimento administrativo para a oitiva prévia da contratada.
- (D) a expiração do prazo de vigência, sem prorrogação, não opera de pleno direito a extinção do contrato.
- (E) sem a indicação da ilegalidade em processo regular faltará justa causa para a declaração da nulidade do contrato, sabido que esta não se presume, pelo que deverá ser cabalmente demonstrada.

40. Em tema de controle da Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Controle interno é todo aquele realizado pela entidade ou órgão responsável pela atividade controlada, no âmbito da própria Administração.
- (B) No âmbito do controle legislativo, encaminhada a proposta de rejeição de contas da administração pelo Tribunal de Contas é desnecessário novo contraditório e eventual defesa antes do parecer legislativo para a rejeição.
- (C) O controle no âmbito da administração direta decorre da subordinação hierárquica, e, no campo da administração indireta, resulta da vinculação administrativa, nos termos da lei instituidora das entidades que a compõem.
- (D) Controle externo é o que se realiza por um Poder ou órgão constitucional independente funcionalmente sobre a atividade administrativa de outro Poder estranho à administração responsável pelo ato controlado.
- (E) Nem mesmo os atos discricionários refugem do controle judicial, porque quanto à competência, constituem matéria de legalidade, tão sujeita ao confronto da Justiça como qualquer outro elemento vinculado.

#### Atualidades

41. Entre os dias 25 e 27 de outubro de 2009, incidentes no Iraque e no Afeganistão contribuíram para piorar a situação dos Estados Unidos com tropas nos dois países. No caso mais grave, um duplo atentado terrorista matou 155 pessoas, incluindo 24 crianças e deixou centenas de feridos na explosão de carros-bomba em Bagdá. Nos dias seguintes, 22 americanos morreram.

Sobre a situação descrita pode-se afirmar que

- (A) o desmantelamento da rede terrorista Al Qaeda tem sido o estopim para o crescimento dos atentados em ambos os países, considerados como principais polos de recrutamento de novos membros da rede.
- (B) essas mortes no Iraque e no Afeganistão conturbaram os processos eleitorais em curso nos dois países; as eleições são consideradas peças-chave para estabilizar os territórios e permitir a retirada das tropas.
- (C) os atos tiveram efeitos políticos e econômicos sobre outros países do Oriente Médio, pois provocaram a ameaça de moratória em Dubai (Emirados Árabes) e as fraudes registradas nas eleições presidenciais no Irã.
- (D) os atos de violência obrigaram o presidente Barack Obama a solicitar tropas da Otan e do sempre aliado Reino Unido e, assim, adiar *sine die* a retirada do Iraque e o fim da intervenção militar no Afeganistão.
- (E) em doze anos de guerra no Afeganistão e nove no Iraque, esses atentados elevaram para mais de mil o número de civis mortos, apesar das intervenções militares e enormes gastos dos norte-americanos.



42. Em termos de política externa brasileira, uma atuação do Brasil, bastante criticada pelas imprensas nacionais e internacionais, no ano de 2009, ocorreu em
- (A) novembro, quando o Itamaraty fez lobby internacional pelas Olimpíadas – Rio 2016.
  - (B) novembro, quando o presidente Mahmoud Ahmadinejad, do Irã, visitou o Brasil.
  - (C) outubro, quando o Itamaraty concordou com a manutenção dos subsídios agrícolas da União Europeia.
  - (D) outubro, quando foi determinada a extradição do italiano Cesare Battisti.
  - (E) novembro, quando foram realizadas eleições presidenciais em Honduras, sob supervisão da embaixada brasileira.

43. Em dezembro de 2009, realizou-se em Copenhagen a 15ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-15). Sobre a COP-15, considere:

- I. Um dos principais objetivos da Conferência era apresentar um documento sobre a prorrogação do Protocolo de Kyoto; objetivo esse frustrado e adiado para a COP-16, que acontecerá neste ano de 2010 no México.
- II. Alguns países em desenvolvimento como a China e a Índia assumiram posições favoráveis ao estabelecimento de metas obrigatórias de redução de emissões, além de aceitar a criação de mecanismos externos de verificação e monitoramento das metas assumidas.
- III. Foi parte do Acordo final que os países ricos transferirão recursos financeiros e tecnológicos aos países em desenvolvimento e, após debates, também receberão recursos os países ditos "em crescimento acelerado" – casos do Brasil, China, Índia e África do Sul.
- IV. Do documento final da Conferência foi incluída a proposta financeira que destina 100 bilhões de dólares por ano, a partir de 2020, para ações de redução e adaptação de sociedades e ambientes aos efeitos do aquecimento global nos países mais pobres.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) II e III.
- (B) III e IV.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) I e IV.

44. *Os mercados globais viveram ontem (05/02/2010) pesadas perdas, motivadas por uma série de incertezas em relação à solvência de alguns países europeus e dúvidas quanto à recuperação global.*

(Folha de S. Paulo, 06/02/2010, p. B1)

A nova turbulência financeira, motivo de preocupações, refere-se especialmente

- (A) à Itália e à Suécia que, desde o ano de 2009, sofrem processos inflacionários que estão abalando toda a zona do Euro.
- (B) aos países como a Irlanda e à Suíça que estão sofrendo fortes pressões para liberar as contas secretas que mantêm em seus bancos.
- (C) à Alemanha e à França que no final do mês de janeiro tiveram suas exportações ultrapassadas pela China.
- (D) aos Piigs, denominação dada aos países que apresentam elevados déficits orçamentários, a exemplo da Grécia e Espanha.
- (E) à Romênia e Bulgária, os mais novos integrantes da União Europeia, que não têm conseguido cumprir as metas econômicas do bloco europeu.

45. **Pré-sal pode tirar Brasil do rumo certo, diz Lester Brown**

*O americano Lester Brown, um dos principais pensadores da chamada economia ecológica, é um homem de fala mansa e semblante sério. E gosta de dar conselhos. Para o Brasil, o recado foi claro: o País não deve se perder nas brumas das promessas do petróleo do pré-sal e manter firme sua aposta nas energias renováveis.*

([http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20091030/not\\_imp458711,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20091030/not_imp458711,0.php))

Sobre o pré-sal, considere:

- I. É uma faixa que se estende ao longo de 800 quilômetros entre os Estados do Espírito Santo e Santa Catarina; o petróleo abaixo dessa camada pode estar mais de 7 mil metros de profundidade.
- II. Um dos principais campos identificados denomina-se Tupi, situado na Bacia de Santos.
- III. Os cálculos apontam que a camada, no total, pode abrigar cerca de 150 bilhões de barris em reservas, o que colocaria o Brasil entre os cinco maiores produtores do mundo.
- IV. As reservas de petróleo encontradas na camada pré-sal estão localizadas a mais de 13 milhas do litoral, portanto, fora do mar territorial brasileiro.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) II e III.
- (B) III e IV.
- (C) II e IV.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Administração Pública**

46. No âmbito da organização administrativa brasileira atual, as agências executivas

- (A) são entidades que gozam de regime de autonomia administrativa estável.
- (B) auxiliam os ministérios como órgãos formuladores de políticas públicas.
- (C) substituem as antigas autarquias e fundações e sociedades de economia mista.
- (D) exercem funções normativas, fiscalizadoras e de adjudicação de conflitos.
- (E) exercem funções administrativas de execução de serviço público de forma direta.

47. O princípio ou regra da Administração Pública que determina que os atos realizados pela Administração Pública, ou por ela delegados, são imputáveis não ao funcionário que os pratica, mas ao órgão ou entidade administrativa em nome do qual age o funcionário é o da

- (A) publicidade.
- (B) moralidade.
- (C) impessoalidade.
- (D) indisponibilidade.
- (E) legalidade.

48. É princípio ético da Administração Pública brasileira que

- (A) a autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato.
- (B) as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta regularão especialmente as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral.
- (C) as pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- (D) a ação do administrador público deve ser limitada ao razoável aproveitamento dos meios e recursos colocados à sua disposição.
- (E) não bastará ao agente público cumprir os estritos termos da lei, sendo necessário que os seus sejam adequados à moralidade administrativa.

49. Administração Pública em seu sentido subjetivo compreende

- (A) o conjunto de agentes, órgãos e entidades designados para executar atividades administrativas.
- (B) a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico de direito público, para a consecução dos interesses privados.
- (C) aquelas atividades exercidas pelo conjunto dos órgãos que possuem personalidade jurídica própria e autonomia administrativa relativa.
- (D) as entidades com personalidade jurídica própria, que foram criadas para realizar atividades descentralizadas.
- (E) as atividades exclusivamente executadas pelo Estado, por seus órgãos e agentes, com base em sua função administrativa.

50. Com relação à natureza dos órgãos públicos, considere:

- I. Agências reguladoras são autarquias especiais, com personalidade jurídica de direito privado e amplos poderes normativos.
- II. As fundações são normalmente dotadas de personalidade jurídica de direito privado, podendo, a critério do ente instituidor, assumir personalidade de direito público.
- III. As empresas públicas e as sociedades de economia mista devem ter a forma de Sociedade Anônima (S/A), sendo reguladas, basicamente, pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976).
- IV. Empresas públicas, autarquias e sociedades de economia mista, assim como as fundações públicas, só podem ser criadas por lei específica.
- V. As fundações instituídas ou mantidas pelo poder público têm natureza de autarquia.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) II e V.
- (B) II, III, IV e V.
- (C) I, II e III.
- (D) III, IV e V.
- (E) I e IV.

51. Ocorre a chamada centralização administrativa quando o Estado executa suas tarefas por meio

- (A) das agências executivas e fundações localizadas na sede do governo federal.
- (B) dos órgãos e agentes integrantes da Administração Direta.
- (C) apenas de órgãos da Administração Direta com atuação em todo o território nacional.
- (D) apenas de funcionários da Administração Direta concursados.
- (E) de órgãos e agências integrantes da Administração Direta e Indireta.

52. A descentralização por meio de delegação é efetivada quando o Estado

- (A) realiza a transferência temporária da titularidade do serviço ao órgão responsável.
- (B) delega competências, no âmbito de sua própria estrutura, a fim de tornar mais ágil e eficiente a prestação dos serviços.
- (C) cria uma entidade e a ela transfere, mediante previsão em lei, determinado serviço público.
- (D) exerce o serviço público que está previsto no ato como atribuição própria sua.
- (E) transfere, por contrato ou ato unilateral, unicamente a execução do serviço.

53. A desconcentração administrativa pressupõe

- (A) exclusivamente, a prestação de serviços pela Administração Direta.
- (B) a prestação concentrada de um serviço em uma pessoa jurídica que não apresente divisões em sua estrutura interna.
- (C) obrigatoriamente, a existência de uma só pessoa jurídica.
- (D) necessariamente, uma estrutura organizacional mais ágil e eficiente na prestação dos serviços.
- (E) especialmente, a transferência da execução de um serviço a órgão da Administração Indireta.



54. O fato de que os legisladores são incapazes de apresentar normas que abranjam todos os aspectos e dimensões dos problemas enfrentados pela administração pública, justifica que os atos administrativos sejam considerados
- (A) irrevogáveis.
  - (B) obrigatórios.
  - (C) discricionários.
  - (D) públicos.
  - (E) efetivos.
55. Segundo a Constituição Federal, art. 215, o Estado tem obrigação de proteger
- (A) todas as formas de expressão artística com algum valor estético e tradição em regiões afastadas dos centros urbanos.
  - (B) as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.
  - (C) as culturas indígenas em risco de extinção e as manifestações artísticas de povos que contribuíram positivamente para a civilização brasileira.
  - (D) as manifestações culturais que expressam efetivamente a essência da identidade popular dos grupos participantes do processo de formação da sociedade brasileira.
  - (E) apenas as culturas de origem popular discriminadas pelas elites econômicas e sociais do país.
56. Com relação ao Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo (Lei nº 10.261/68), considere as seguintes proposições:
- I. As disposições do Estatuto não se aplicam aos empregados das autarquias, entidades paraestatais e serviços públicos de natureza industrial, ressalvada a situação daqueles que, por lei anterior, já tenham a qualidade de funcionário público.
  - II. A nomeação para cargo público de provimento efetivo será sempre precedida de concurso público de provas ou de provas e títulos.
  - III. Segundo o Estatuto, acesso é a elevação do funcionário a cargo de maior grau de responsabilidade e maior complexidade de atribuições.
  - IV. Readaptação é a investidura em cargo mais compatível com a capacidade do funcionário, sem aumento de vencimento ou remuneração.
  - V. Nenhum funcionário poderá ter exercício em serviço ou repartição diferente daquela em que estiver lotado, salvo nos casos previstos nesta lei, ou mediante autorização do Governador.
- Está correto o que se afirma SOMENTE em
- (A) III e IV.
  - (B) I e III.
  - (C) I, III, IV e V.
  - (D) I, II, IV e V.
  - (E) II, III e V.
57. O que caracteriza o contrato administrativo
- (A) é a possibilidade de imposição dos termos do contrato à parte privada pela Administração Pública.
  - (B) é a sua exigibilidade apenas na prestação de serviços públicos gratuitos.
  - (C) é a sua obrigatoriedade em todos os atos da Administração Pública, independentemente dos fins almejados.
  - (D) são as diversas prerrogativas impostas à Administração Pública, conhecidas como cláusulas exorbitantes.
  - (E) é a exigência de estrito respeito à igualdade e equilíbrio entre as partes contratantes.
58. Com relação às modalidades da licitação, de acordo com a Lei nº 8.666/93, considere as afirmativas abaixo.
- I. A concorrência é a modalidade de licitação que ocorre entre quaisquer interessados, que comprovem na fase inicial de habilitação preliminar, possuir requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para a execução de seu objeto, sendo empregada em contratos de maior valor econômico.
  - II. Na modalidade do convite, a Administração Pública convoca pelo menos duas pessoas para contratar, podendo participar os não convidados que manifestarem seu interesse até 48 horas antes da data da apresentação das propostas.
  - III. A modalidade do leilão é utilizada para a venda de bens móveis inservíveis para a Administração Pública, apreendidos, ou ainda adquiridos em execução judicial, bem como imóveis obtidos por meio de procedimento judicial, ou dação em pagamento (art. 22, § 5º). A utilização é restrita a casos em que o valor da avaliação não exceda o limite fixado.
  - IV. O pregão é a mais recente entre as modalidades, sendo utilizado para aquisição de bens e serviços comuns, de qualquer valor. Caracteriza-se pela sua aplicação ser vinculada estritamente ao valor do contrato, não sendo considerada prioritariamente a natureza da prestação do serviço que virá a ser executado pelo particular.
  - V. A tomada de preços é a modalidade de licitação que ocorre entre quaisquer interessados, que comprovem na fase inicial de habilitação preliminar, possuir requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para a execução de seu objeto.
- Está correto o que se afirma SOMENTE em
- (A) II, III, IV e V.
  - (B) I e II.
  - (C) II, IV e V.
  - (D) I, II, III e IV.
  - (E) I e III.



59. Com relação ao conceito de bens públicos, considere as proposições abaixo.

- I. Bens Públicos são todos aqueles que integram o patrimônio da Administração Pública direta, sendo todos os demais considerados particulares.
- II. Bens dominicais são aqueles destinados a uma finalidade comum ou especial.
- III. O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou oneroso, conforme for estabelecido por meio da lei da pessoa jurídica à qual o bem pertencer.
- IV. Os bens das empresas públicas e das sociedades de economia, embora pessoas jurídicas de direito privado, também são públicos.
- V. Desafetação consiste em retirar do bem público uma destinação anteriormente conferida a ele.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I, III, IV e V.
- (B) I, II e III.
- (C) II, IV e V.
- (D) I e V.
- (E) I, II, III e IV.

60. Com relação aos princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), considere as afirmativas abaixo.

- I. A LRF determina ainda que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.
- II. Caso se verifique, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- III. O Poder Executivo deve estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- IV. Segundo a LRF, o montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.
- V. É considerada obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de ato normativo que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a três exercícios.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) II e III.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I, III e V.
- (D) III, IV e V.
- (E) I, III, IV e V.

### História Econômica, Administrativa e Política de São Paulo

61. *Seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, específico para tal emprego. Quanto mais a pesquisa, ao contrário, se esforça por atingir os fatos profundos, menos lhe é permitido esperar a luz a não ser dos raios convergentes de testemunhos muito diversos em sua natureza. (...) Assim como o levantamento das crônicas ou dos documentos, nosso conhecimento das invasões germânicas depende da arqueologia funerária e do estudo dos nomes de lugares. À medida que nos aproximamos de nossa época, essas exigências tornam-se, sem dúvida, diferentes.*

(...)

*Ora, se quase todo problema humano importante pede assim o manejo de testemunhos de tipos opostos, é, ao contrário, de absoluta necessidade que as técnicas eruditas se distingam por tipos de testemunhos. O aprendizado de cada uma delas é longo; sua posse plena exige uma prática mais longa ainda e quase constante. Um número muito pequeno de trabalhadores (por exemplo), pode se vangloriar de estar bem preparado para ler e criticar um documento medieval; para interpretar corretamente os nomes de lugares (que são, antes de tudo, fatos de linguagem); para datar, sem erro, os vestígios do hábitat pré-histórico, celta, galo-romano; para analisar as associações vegetais de um Prado, de uma charneca, de uma landa. Sem tudo isso porém, como pretender escrever a história da ocupação do solo? Poucas ciências, creio, são obrigadas a usar, simultaneamente, tantas ferramentas distintas. É que os fatos humanos são mais complexos que quaisquer outros. É que o homem se situa na ponta extrema da natureza.*

(Marc Bloch. **Apologia da História**, Trad. São Paulo: Zahar, 2001, p. 80-81)

A análise do texto permite inferir que, para o autor, o historiador

- I. deve auxiliar-se, para interrogar os documentos, de outras disciplinas como, por exemplo, a arqueologia, a antropologia, a geografia, a economia, a linguística e é indispensável que ele possua ao menos um verniz de todas as principais técnicas de seu ofício.
- II. deve pensar a história como narrativa e, como consequência, o que interessa a ele em sua pesquisa são os grandes fatos, a nação, uma história diplomática, ou seja, uma forma de fazer história que esteja intimamente ligada aos eventos políticos e às mudanças que trazem sempre algo de novo e melhor.
- III. deve ver nos relatos dos documentos e apenas nos documentos oficiais (dos governos, da Igreja ou dos militares), a possibilidade de uma investigação histórica "científica", à procura de uma "certeza" para saber "reconstruir os fatos históricos" de uma sociedade.
- IV. não deve ignorar, na sua leitura, a imensa massa dos testemunhos não escritos e aqueles da arqueologia em particular. Deve, também, se resignar a não poder compreender tudo do passado, a utilizar um conhecimento por meio de pistas, a recorrer a procedimentos de reconstrução, dos quais todas as ciências oferecem inúmeros exemplos.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I e II.
- (E) I e III.



62. *Os colonos que emigram, recebendo dinheiro adiantado, tornam-se, pois, desde o começo, uma simples propriedade de Vergueiro & Cia. E em virtude do espírito de ganância, para não dizer mais, que anima numerosos senhores de escravos, e também da ausência de direitos em que costuma viver esses colonos, na Província de São Paulo, só lhes resta conformarem-se com a ideia de que são tratados como simples mercadorias ou como escravos.*

(Thomaz Davatz. **Memória de um colono no Brasil (1850)**. Trad. São Paulo: Martins, 1941. p. 72)

A experiência que o texto descreve permite afirmar que

- (A) os colonos poderiam abandonar a fazenda sem prévia notificação ao fazendeiro e retornar aos países de origem, às custas do Estado.
- (B) metade do lucro bruto obtido com a venda do café pertencia ao proprietário e a outra metade ao governo provincial, para saldar as despesas de viagem.
- (C) as fazendas que adotaram o sistema de parceria eliminaram integralmente o trabalho escravo, pois seus proprietários defendiam a abolição.
- (D) as despesas com a viagem, o transporte até as fazendas e a manutenção dos trabalhadores eram de responsabilidade do governo central.
- (E) os imigrantes, apesar de terem assegurados locais para o plantio de mantimentos, passaram por grandes dificuldades de sobrevivência na Província de São Paulo.

63. *São Paulo de Piratininga, 1<sup>o</sup> de setembro de 1554.*

*(...) Moramos aqui sete irmãos, separados do convívio dos portugueses e unicamente aplicados à conversão dos índios. Temos também em casa conosco alguns filhos dos gentios, que atraímos a nós de diversas partes. Estes apartam-se dos costumes dos pais, (...) põem muito acima do amor dos pais o amor que nos têm. (...) Desde janeiro até o presente, estivemos às vezes mais de vinte numa casa pobrezinha, feita de barro e paus e coberta de palha (...) que é, ao mesmo tempo, escola, enfermaria, dormitório, refeitório, cozinha e despensa.*

(José de Anchieta. **Minhas cartas**. Coletânea de Manuscritos. São Paulo: Associação Comercial, s/d, p.147)

Com base no texto e no conhecimento histórico, analise as afirmações abaixo.

- I. Os padres fundaram colégios nas Américas com o objetivo de ensinar aos índios as noções de trabalho regular, intensivo e compulsório.
- II. Segundo um frio cálculo econômico, a tentativa de sujeição do índio realizada pelos colonos portugueses consistia na sua escravização.
- III. Os padres jesuítas deveriam realizar a catequização dos índios e dos negros a fim de fixar as fronteiras dos reinos ibéricos e desenvolver a cultura de povos primitivos.
- IV. Os padres da Companhia de Jesus, motivados por concepções religiosas, esforçaram-se para transformar os índios em bons cristãos por meio do ensino, e dessa forma integrá-los à colonização.
- V. As ordens religiosas tiveram o mérito de tentar proteger os índios da escravidão imposta pelos colonos, mas não tiveram respeito pela cultura indígena, chegando, alguns deles, a duvidar que os índios fossem pessoas.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) II, III e IV.
- (B) II, IV e V.
- (C) I, II e V.
- (D) I, III e IV.
- (E) I, III e V.

64. Na década de 1880 abolicionistas descontentes com as medidas parlamentares organizaram-se a fim de instigar a rebelião nas senzalas, promover a fuga dos escravos e denunciar pela imprensa os horrores da escravidão. Na província de São Paulo, um grupo abolicionista organizado ficou conhecido como

- (A) Clube do Cupim.
- (B) Confederação Liberal.
- (C) Coolies.
- (D) Caifazes.
- (E) Libertários.

65. *Na Convenção Republicana realizada em Itu em 1873 havia 133 convencionais dos quais 76 se declaravam lavradores. O mesmo se poderia dizer dos subscritores do jornal "A província de São Paulo", órgão mais importante do Partido Republicano Paulista, na sua maioria fazendeiros de Campinas e de Itu. Na província de São Paulo o partido congregava não só representantes dos grupos urbanos, médicos, engenheiros, advogados, jornalistas, comerciantes, que constituíam em geral o núcleo mais importante do partido em outras regiões do país, como também numerosos fazendeiros do Oeste Paulista.*

(Adaptado. Emília Viotti da Costa. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Ciências Humanas Ltda, 1979, p. 317-318)

O Partido Republicano Paulista criado na Convenção a que o texto faz referência

- (A) optava pela solução republicana separatista para a província de São Paulo devido seu acelerado crescimento econômico.
- (B) propunha um governo com ampla participação popular, o que lhe conferia a aspiração de ruptura no processo histórico.
- (C) evitava manifestar-se a propósito da emancipação dos escravos em razão da preponderância de fazendeiros em seus quadros.
- (D) aspirava o poder para transformar as instituições políticas de forma a eliminar a imobilidade social e cultural típica da província.
- (E) defendia a centralização político-administrativa do país em razão do forte interesse no crescimento da economia cafeeira.



66. *Do outro lado da rua, o comandante da tropa de cavalaria ordena que a multidão se disperse. Há um momento de tensão e silêncio. Em seguida, ecoa a fuzilaria. A polícia dispara sobre os operários e a cavalaria investe contra a multidão. Sobre a calçada da Fábrica Mariângela há um operário mortalmente ferido. É Jose Martinez, jovem anarquista de 22 anos. O dia é 9 de julho de 1917. (...) A 12 de julho o enterro de José Martinez é a senha para a greve geral.*

(Victor Civita. **Nosso Século: Brasil 1910-1930 (I)**. São Paulo: Abril Cultural, 1985, p. 116)

O movimento grevista a que o texto faz referência teve origem

- (A) na propaganda veiculada pelos principais jornais paulistas que defendiam a jornada de trabalho de oito horas diárias.
- (B) no agravamento da carestia e na especulação de gêneros alimentícios decorrentes da Primeira Guerra Mundial.
- (C) na desorganização do sistema capitalista, provocada pela crise de produção de bens agrícolas e de manufaturados.
- (D) na política do governo central, preocupado em construir uma prática econômica dirigida à classe média urbana.
- (E) no sonho dos ferroviários e portuários, organizados em sindicatos regionais, em construir uma sociedade igualitária.

67. *Segundo o economista Sérgio Silva, "durante a década de 1880 a produção [cafeeira] de São Paulo ultrapassa a produção do Rio de Janeiro, os planaltos de São Paulo praticamente substituem o Vale do Paraíba".*

(Sérgio Silva. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 49-50)

*Representação política das províncias: São Paulo tinha 3 senadores, como o Pará, enquanto a Bahia tinha 6, Minas Gerais, 10, Pernambuco, 6 e o Rio de Janeiro, 5. Na Câmara dos Deputados, acontecia o mesmo: São Paulo tinha 9 deputados, o Ceará, 8, Pernambuco, 13, Bahia, 14, Rio de Janeiro, 12 e Minas 20.*

(Adaptado de Luís Koshiba e Denise M. F. Pereira. **História do Brasil**. São Paulo: Atual, 2003, p. 325)

O quadro apresentado nos textos revela que a representação política não acompanhou as transformações econômicas, criando um descompasso entre as duas esferas e foi uma das razões porque, em São Paulo,

- (A) se intensificou a luta pela ampliação da representação política conforme a renda produzida nas províncias.
- (B) houve a aproximação de militares e monarquistas nos movimentos que levaram à queda do regime.
- (C) ganharam prestígio ideias federalistas, que se associaram intimamente aos princípios do republicano.
- (D) se disseminaram os princípios positivistas, que influenciaram particularmente os movimentos tenentistas.
- (E) emergiram movimentos provinciais, que se orientavam no sentido da igualdade política e da ordem social.

68. No ano do centenário da Independência, em fevereiro, pintores, escritores, escultores e músicos apresentaram-se no Teatro Municipal de São Paulo, patrocinados pelo presidente do Estado, o Sr. Washington Luís. Esse acontecimento permite afirmar corretamente que

- (A) os letrados pretendiam redescobrir o Brasil em busca de novas linguagens para expressar os elementos nacionais.
- (B) o grupo, oriundo da classe média urbana, recebeu o apoio do governo que se preocupava com as questões sociais.
- (C) as lendas e mitos das várias regiões da América, como o indianismo dos românticos, serviram de fonte de inspiração dos artistas.
- (D) a intelectualidade brasileira se reuniu para valorizar os modelos de arte arcaicos, associados às exigências contemporâneas.
- (E) os intelectuais fizeram uma amostragem das obras de arte criadas para atender às necessidades artísticas da elite paulista.

69. *Os estoques de café, que se avolumam ano a ano, pesam sobre os preços, provocando uma perda permanente de renda para os produtores e para o país. A ideia de retirar do mercado parte desses estoques amadurece cedo no espírito dos dirigentes dos estados cafeeiros, cujo poder político e financeiro fora amplamente acrescido pela descentralização republicana. No convênio celebrado em Taubaté, em fevereiro de 1906, definem-se as bases do que se chamaria política de valorização do produto.*

(Celso Furtado. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1969, p. 189)

A política a que o texto se refere consistia em que

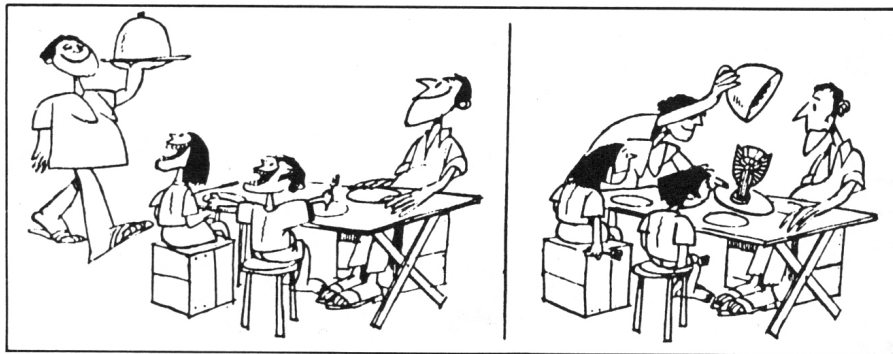
- I. os efeitos da crise de superprodução deveriam ser absorvidos por meio da depreciação externa da moeda nacional e de uma política de recuperação da taxa cambial pelos governos estaduais.
- II. o governo interviria no mercado para comprar os excedentes, que seriam financiados com empréstimos estrangeiros, cobertos com um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada.
- III. os governos dos estados cafeeiros deveriam desencorajar a expansão das plantações de café, a fim de solucionar o problema de superprodução a mais longo prazo.
- IV. os governos dos estados produtores de café ficariam submetidos à política econômica central que criaria instrumentos efetivos de recuperação do produto no mercado externo.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I, II e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.



70. Considere a charge e o texto.



(Ziraldo. In: Edgard Luiz de Barros. **Os governos militares**. São Paulo: Contexto, 1992 p. 70)

No governo Médici a miséria social estrangulou milhões de pessoas, empurradas para as periferias das grandes cidades.

A análise da charge e o conhecimento histórico permitem inferir que no governo a que o texto faz referência

- (A) disseminava-se os ideais de uma política de distribuição de renda por meio de propaganda, criada pelo regime militar, da vitória da seleção brasileira de futebol na Copa de 1970.
- (B) procurava-se desmistificar a vitória da seleção brasileira de futebol na Copa de 1970, com a exposição da miséria da população, resultante da política econômica do regime militar.
- (C) vivia-se da ilusão criada pela vitória da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 1970, usada como poderoso instrumento de propaganda política pelo regime militar.
- (D) divulgava-se a vitória da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 1970, como estratégia do regime militar para incutir hábitos culturais da elite e reduzir a miséria.
- (E) associava-se a vitória da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 1970 à preocupação do regime militar em criar políticas sociais para reduzir as desigualdades sociais.

71. Em 1924 explodiu o chamado 5 de julho em São Paulo. (...) A presença dos tenentes na capital paulista durou até o dia 27. (...) Afinal, os revoltosos abandonaram a cidade a 27 de julho, deslocando-se pelo interior de São Paulo em direção a Bauru. A manobra foi facilitada pela eclosão de revoltas tenentistas em cidades do interior. Essa foi a chamada "coluna paulista", que se fixou no oeste do Paraná, em um lugarejo próximo à foz do Iguçu. Aí as tropas vindas de São Paulo enfrentaram os legalistas, à espera de uma outra coluna proveniente do Rio Grande do Sul.

(Boris Fausto. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1955, p. 308-309)

O movimento a que o texto se refere tinha como objetivo

- (A) agregar ao movimento a cúpula das Forças Armadas.
- (B) derrubar o governo do presidente Artur Bernardes.
- (C) salvar a nação dos grupos comunistas organizados em Partido.
- (D) percorrer o Brasil para mostrar a força econômica dos tenentes.
- (E) protestar contra a repressão do Exército ao Clube Militar.

72. O general Humberto Castelo Branco foi o primeiro presidente do regime militar instalado em 1964. Durante seu governo (1964-1967) verificou-se a primeira enxurrada de decretos, leis, Atos Institucionais etc. Sobre os Atos Institucionais é correto afirmar que são

- (A) Decretos pelos quais o Poder Judiciário estabelecia severas penas àqueles que fossem indiciados em atos que ofendessem a honra e a dignidade dos membros do Poder Executivo e da Assembleia Legislativa.
- (B) Leis instituídas pelo Poder Legislativo pelas quais era fornecida sustentação legal ao Poder Judiciário para reprimir todo aquele que se opusesse à política de segurança nacional do Estado, durante esse período.
- (C) Leis Federais pelas quais o Poder Legislativo estabelecia normas que submetiam o Poder Judiciário ao Poder Executivo, por meio da extinção de certas garantias, como a da autonomia e liberdade de julgamento.
- (D) Decretos pelos quais o Poder Executivo estabelecia nova ordem política, administrativa ou jurídica, com medidas que alteravam ou contrariavam a Constituição, sem a devida aprovação do Poder Legislativo.
- (E) Emendas à Constituição vigente pelas quais os Órgãos de Segurança Nacional garantiam a ordem social, econômica e política e as leis instituídas pela Constituição Federal, aprovadas pelo Poder Executivo.





73. *O último ano de seu governo [Sarney] foi, em todos os sentidos, desastroso (...). O clima era de fim de festa. A porta do cofre público foi aberta em benefício de políticos inescrupulosos que barganhavam apoio ao presidente em troca de favores políticos e/ou financeiros, o que contribuía para aumentar o desgaste da imagem dos políticos junto à opinião pública.*

(Francisco de Assis Silva. **História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1992, p. 326-27)

As informações do texto identificam uma prática política, que a Nova República evidenciou, conhecida como

- (A) "fisiologismo".
- (B) "nepotismo".
- (C) "corporativismo".
- (D) "coronelismo".
- (E) "entreguismo".

74. Analise os versos dos textos **I** e **II**.

**Texto I**

*As primeiras providências  
Foram tomadas  
Com a cassação dos mandatos  
E as liberdades privadas  
Dos políticos extremistas  
Realmente comunistas...  
Graças às Forças Armadas!*

**Texto II**

*[...] Pior os martirizados  
Que estão desaparecidos  
Covardemente abatidos  
Por perversos homicidas  
Que ceifaram suas vidas  
Mas também estão perdidos.*

(Mark Curran. **História do Brasil em cordel**. São Paulo: Edusp, 2001, p. 189 e 210)

Considerando o contexto histórico do regime militar, pode-se associar aos versos do texto **I** e aos do texto **II**, respectivamente,

- (A) à decretação dos Atos Institucionais e aos órgãos de repressão policial-militar que praticavam torturas e assassinatos de presos políticos.
- (B) ao golpe de Estado de 31 de março de 1964 e às consequências da guerra travada pela esquerda com o fechamento do Congresso Nacional.
- (C) à aprovação da Emenda Constitucional de 1967 e à repressão policial à luta armada, que provocava o terror na sociedade brasileira.
- (D) ao Movimento Revolucionário 8 de outubro e ao terrorismo urbano de direita que procuravam desestabilizar e combater o regime autoritário.
- (E) à instalação da Junta Militar em 1969 e aos grupos de extermínio que chegavam ao requinte de torturar esposas e filhos de presos políticos.

75. No final da década de 1970, o movimento operário brasileiro ressurgiu com toda a sua força nas greves dos metalúrgicos do ABC Paulista.

*Os metalúrgicos do ABC, sob a liderança de Luiz Inácio da Silva (...), desmistificaram a ideia de ausência de conflitos que os militares se esforçavam por creditar à sociedade brasileira. Realizando imensas assembleias e greves prolongadas, os metalúrgicos do ABC estimularam a organização de outras categorias. Em 1979, mais de 3 milhões de trabalhadores entraram em greve no país. As reivindicações eram amplas: reposição do valor dos salários (...), reconhecimento das organizações sindicais autênticas e o retorno à normalidade democrática.*

(Nicolina L. de Petta e Eduardo A. B. Ojeda. **História: uma abordagem integrada**. São Paulo: Moderna, 2003, p. 287)

A partir do texto, assinale a alternativa que identifica uma contradição revelada pela luta sindical dos trabalhadores do ABC.

- (A) O desenvolvimento econômico promovido pela implantação da indústria automobilística durante o governo militar foi responsável pela repressão aos movimentos sindicais no País.
- (B) O crescimento da indústria automobilística e das atividades produtivas criou pleno emprego, mas gerou também desigualdades que restringiram a luta dos trabalhadores terceirizados.
- (C) A modernização urbano-industrial, resultante do crescimento das fábricas de automóveis no governo militar, dificultou a formação de uma classe operária atuante nos movimentos grevistas.
- (D) O governo militar foi o responsável pelo crescimento das fábricas de automóveis, onde se formou uma classe operária combativa, em grande parte responsável pelo fim do militarismo.
- (E) A repressão ao movimento operário promovida pelos militares nas fábricas de automóveis incentivou a reorganização política de sindicatos urbanos e de lideranças rurais em todo o País.



**Legislação Relativa à Área de Gestão Documental Pública**

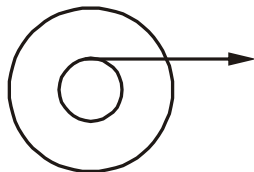
76. Contrariando a Lei Federal nº 8.159 de 08/01/91, que fixa prazos máximos de sigilo aplicáveis aos órgãos públicos, a Lei Federal nº 11.111, de 05/05/2005, atribuiu à Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas o poder de “manter a permanência da ressalva ao acesso do documento pelo tempo que estipular”, sempre que julgar ameaçadas a soberania, a integridade territorial nacional ou as relações internacionais do país. Os críticos dessa medida passaram a mencioná-la como defensora

- (A) do liberalismo econômico.
- (B) das imunidades parlamentares.
- (C) da transparência administrativa.
- (D) da abertura política.
- (E) do sigilo eterno.

77. A transferência e o recolhimento de documentos de arquivo devem ser acompanhados, nos órgãos do poder público, de

- (A) índice topográfico.
- (B) ofício de encaminhamento.
- (C) instrumento descritivo.
- (D) guia de remessa.
- (E) guia-fora.

78. Observe o símbolo abaixo.



Nas sinaléticas recomendadas para o processo de microfilmagem de documentos de arquivo, ele significa

- (A) continuação de outro rolo.
- (B) fim do rolo.
- (C) início do rolo.
- (D) continuação em outro rolo.
- (E) rolo anexo.

79. A Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento, também designada Fundação Energia e Saneamento, é entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia jurídica, administrativa e financeira, sediada na cidade de São Paulo (SP). Instituída no âmbito do Programa Estadual de Desestatização, de 1996, tem seu acervo formado, em grande parte, pelos arquivos das empresas que se responsabilizaram pelo setor energético paulista ao longo do tempo. De acordo com a Lei Federal nº 8.159, de 08/01/1991, são considerados públicos os documentos originários de instituições encarregadas da gestão de serviços públicos, independentemente de sua natureza jurídica. Levando em consideração a Resolução nº 19, de 28/10/2003, do Conselho Nacional de Arquivos, relativa aos documentos públicos que integram o acervo das empresas em processo de desestatização e das pessoas jurídicas de direito privado que lhes sucederam, o destino dos fundos hoje custodiados pela Fundação Energia e Saneamento deveria ser

- (A) a Eletrobrás.
- (B) o Conselho Nacional de Política Energética.
- (C) o Arquivo Nacional.
- (D) o Arquivo Público do Estado de São Paulo.
- (E) o Arquivo Histórico Municipal de São Paulo.

80. Considere as disposições a seguir.

- I. Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.
- II. Competem ao Arquivo Nacional a gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelos poderes executivo, legislativo e judiciário federais.
- III. Os documentos oficiais ou públicos, com valor de guarda permanente, não poderão ser eliminados após a microfilmagem, devendo ser recolhidos ao arquivo público de sua esfera de atuação ou preservados pelo próprio órgão detentor.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, somente.
- (B) I e III, somente.
- (C) I, II e III.
- (D) I, somente.
- (E) I e II, somente.

81. De acordo com o plano de classificação de documentos da administração pública do Estado de São Paulo, aprovado pelo Decreto Estadual nº 48.898, de 27/08/2004, a subfunção ASSESSORIA DE IMPRENSA (código 02.01), subordinada à função COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL (código 02), apresenta as seguintes atividades e documentos:

Atividades	Documentos
02.01.01 Compilação de notícias sobre a administração estadual.	02.01.01.01 <i>Clipping</i> .
02.01.02 Divulgação das ações de governo.	02.01.02.01 Artigo, nota e notícia.
	02.01.02.02 Credencial de jornalista.
	02.01.02.03 Pauta para a imprensa.
	02.01.02.04 <i>Release</i> e sinopse.
02.01.02.05 <i>Site</i> institucional.	
02.01.03 Editoração e programação visual.	02.01.03.01 Modelo de diagramação para matérias de <i>site</i> institucional.
02.01.04 Produção de registros de imagem e som.	02.01.04.01 Banco de imagem.
	02.01.04.02 Registro fotográfico.
	02.01.04.03 Registro sonoro.
	02.01.04.04 Vídeo institucional.

Os documentos mencionados nos códigos 02.01.02.01, 02.01.02.03 e 02.01.04.03 são, respectivamente, exemplos de

- (A) forma, gênero e tipo.
- (B) formato, espécie e forma.
- (C) espécie, tipo e gênero.
- (D) tipo, forma e formato.
- (E) gênero, formato e espécie.



82. Considere as disposições a seguir.

- I. Cada Secretaria do Estado de São Paulo deverá ter uma Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo, visando à elaboração de tabela de temporalidade dos documentos mantidos nos respectivos arquivos.
- II. Ao Arquivo Público do Estado de São Paulo compete orientar o desenvolvimento, a implementação e o aperfeiçoamento contínuo de sistema informatizado unificado de gestão arquivística de documentos e informações, em conformidade com a política estadual de arquivos.
- III. O Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo tem, entre outras competências, as de propor e coordenar programa de institucionalização de arquivos públicos municipais.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e III, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) I, II e III.
- (D) I, somente.
- (E) I e II, somente.

83. Os documentos cujo destino é a eliminação ou o descarte, como resultado do processo de avaliação, devem ser consignados em:

- (A) Aviso da Comissão de Avaliação, Plano de Classificação Funcional e Tabela de Temporalidade.
- (B) Edital de Ciência de Eliminação de Documentos, Termo de Compromisso da Comissão de Avaliação e Plano de Destinação de Documentos.
- (C) Lista de Eliminação de Documentos, Termo de Eliminação de Documentos e Edital de Ciência de Eliminação de Documentos.
- (D) Ata de Eliminação de Documentos, Termo de Compromisso da Comissão de Avaliação e Comunicado aos Interessados.
- (E) Plano de Classificação, Plano de Destinação de Documentos e Tabela de Temporalidade.

84. Com base no Código Civil de 1916 (art. 131), no Novo Código Civil de 2002 (art. 219) e na Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, é possível afirmar que as declarações constantes de documentos assinados se presumem verdadeiras em relação aos signatários,

- (A) mesmo quando produzidas com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil.
- (B) salvo quando não produzidas com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil.
- (C) a não ser que produzidas sem a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil.
- (D) exceto se produzidas com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil.
- (E) desde que produzidas com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil.

85. A fim de garantir, de modo duradouro e estável, o acesso a seu conteúdo, os documentos digitais demandam a criação de um sistema eletrônico de gestão que adote, segundo o Conselho Nacional de Arquivos, determinados requisitos e metadados.

A utilização de padrões abertos, a tramitação e o código de classificação ilustram, respectivamente, a aplicação de

- (A) metadado, requisito não funcional e requisito funcional.
- (B) requisito não funcional, metadado e requisito funcional.
- (C) requisito não funcional, requisito funcional e metadado.
- (D) metadado, requisito funcional e requisito não funcional.
- (E) requisito funcional, metadado e requisito não funcional.

### Arquivística

86. Segundo Ana Maria Camargo, os documentos de arquivo são impermeáveis e imunes a seu eventual uso interpretativo. Qualquer que seja o teor das informações neles contidas – exploradas de inúmeras maneiras, com diversos propósitos e sob diferentes perspectivas teóricas pelos pesquisadores –, o valor probatório dos documentos de arquivo continua a recair, com exclusividade, sobre as ações de que se originaram.

(Os arquivos e o acesso à verdade. In: Cecília Santos, MacDowell et al. **Desarquivando a ditadura**. São Paulo: Hucitec, 2009. p. 414-443)

Nessa óptica,

- (A) a autenticidade se sobrepõe ao conteúdo informativo dos documentos de arquivo.
- (B) o arquivo nada mais é que o *corpus* documental construído para validar hipóteses.
- (C) o arquivo é um sistema que regula todas as formações discursivas.
- (D) o arquivo é um ambiente em que nada é neutro, imparcial ou objetivo.
- (E) o sentido que os historiadores lhes atribuem passa a fazer parte dos documentos de arquivo.

87. Uma das características próprias do arquivo – a de refletir a estrutura, as funções e as atividades da entidade que o acumulou – é conhecida como

- (A) integridade.
- (B) representatividade.
- (C) organicidade.
- (D) transparência.
- (E) proveniência.

88. Convênios, memorandos, atas, pareceres e ordens de serviço são exemplos, respectivamente, de documentos

- (A) comprobatórios, enunciativos, de ajuste, informativos e testemunhais.
- (B) enunciativos, comprobatórios, dispositivos, de ajuste e informativos.
- (C) dispositivos, de ajuste, informativos, opinativos e pactuais.
- (D) pactuais, de correspondência, de assentamento, enunciativos e normativos.
- (E) informativos, testemunhais, pactuais, de assentamento e de correspondência.

89. Utilizado na literatura sobre documentos digitais, o termo *captura* equivale, na terminologia arquivística clássica, a

- (A) anexação.
- (B) arquivamento.
- (C) aditamento.
- (D) recolhimento.
- (E) apensação.

90. Nos inventários, a unidade mínima de referência, em termos descritivos, é

- (A) o assunto.
- (B) a estante.
- (C) a caixa-arquivo.
- (D) o fundo.
- (E) a série.